

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	807.080.529
Preferenciais	0
Total	807.080.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	1.527.131	1.525.108
1.01	Ativo Circulante	128.540	93.400
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.629	9.285
1.01.02	Aplicações Financeiras	87.433	35.542
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	87.433	35.542
1.01.02.01.03	Investimentos de Curto Prazo	87.433	35.542
1.01.03	Contas a Receber	23.323	44.597
1.01.03.01	Clientes	23.323	44.597
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.830	1.481
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.830	1.481
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.963	2.455
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	362	40
1.01.08.03	Outros	362	40
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	362	40
1.02	Ativo Não Circulante	1.398.591	1.431.708
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	53.607	56.858
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	46.590	47.322
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	46.590	47.322
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	6.972	7.922
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	45	1.614
1.02.01.10.03	Outros Ativos	0	1.558
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	45	56
1.02.03	Imobilizado	1.319.017	1.348.087
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.315.608	1.344.678
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.409	3.409
1.02.04	Intangível	25.967	26.763
1.02.04.01	Intangíveis	25.967	26.763
1.02.04.01.02	Intangíveis	25.967	26.763

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	1.527.131	1.525.108
2.01	Passivo Circulante	101.553	94.970
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	458	528
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	458	528
2.01.02	Fornecedores	16.038	15.337
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.038	15.337
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.997	5.613
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.669	4.227
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.926	788
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	2.705	3.400
2.01.03.01.04	Outros	38	39
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.328	1.375
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	11
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	73.425	57.450
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	25.923	31.651
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	25.923	31.651
2.01.04.02	Debêntures	47.502	25.799
2.01.05	Outras Obrigações	224	7.598
2.01.05.02	Outros	224	7.598
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	7.376
2.01.05.02.04	Arrendamentos	224	222
2.01.06	Provisões	4.411	8.444
2.01.06.02	Outras Provisões	4.411	8.444
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	48	55
2.01.06.02.04	Uso do bem público	1.793	1.566
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	153	2.730
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.361	3.593
2.01.06.02.07	Credores diversos	56	500
2.02	Passivo Não Circulante	460.874	490.552
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	436.874	468.621
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	176.857	193.367
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	176.857	193.367
2.02.01.02	Debêntures	260.017	275.254
2.02.02	Outras Obrigações	1.016	1.900
2.02.02.02	Outros	1.016	1.900
2.02.02.02.03	Arrendamentos	1.016	1.900
2.02.03	Tributos Diferidos	5.099	4.371
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.099	4.371
2.02.04	Provisões	17.885	15.660
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20	20
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20	20
2.02.04.02	Outras Provisões	17.865	15.640
2.02.04.02.04	Uso do bem público	15.288	15.640
2.02.04.02.05	Provisão para constituição de ativos	2.577	0
2.03	Patrimônio Líquido	964.704	939.586
2.03.01	Capital Social Realizado	818.858	818.858

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.04	Reservas de Lucros	120.728	120.728
2.03.04.01	Reserva Legal	9.111	9.111
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	102.808	102.808
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	8.809	8.809
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	25.118	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.881	139.117	66.452	163.635
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-23.441	-71.454	-45.887	-121.956
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-6.402	-17.711	-5.725	-15.802
3.02.02	Outros custos operacionais	-3.320	-10.385	-3.684	-10.053
3.02.03	Depreciação e amortização	-9.732	-29.128	-9.494	-28.749
3.02.04	Uso do bem publico	-92	-276	-94	-281
3.02.05	Energia eletrica comprada para revenda	-2.260	-8.225	-25.547	-61.356
3.02.06	Compensação financeira pela utilização de recursos hidricos - CFURH	-1.635	-5.729	-1.343	-5.715
3.03	Resultado Bruto	24.440	67.663	20.565	41.679
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.289	-2.821	-914	-2.222
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.289	-3.125	-914	-2.222
3.04.02.01	Depreciação e amortização	-81	-263	-145	-367
3.04.02.02	Administrativas e gerais	-1.060	-2.450	-655	-1.659
3.04.02.03	Pessoal	-134	-388	-114	-235
3.04.02.05	Outras receitas	0	0	0	39
3.04.02.07	Honorários da diretoria e conselho	-14	-24	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	304	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	23.151	64.842	19.651	39.457
3.06	Resultado Financeiro	-3.986	-36.070	-16.980	-47.517
3.06.01	Receitas Financeiras	3.944	10.229	1.110	2.413
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.930	-46.299	-18.090	-49.930
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.165	28.772	2.671	-8.060
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.490	-3.654	-407	1.277
3.08.01	Corrente	-2.133	-2.926	0	0
3.08.02	Diferido	-357	-728	-407	1.277
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.675	25.118	2.264	-6.783
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	16.675	25.118	2.264	-6.783
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0207	0,0311	0,0028	-0,0084
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,0207	0,0311	0,0028	-0,0084

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	16.675	25.118	2.264	-6.783
4.03	Resultado Abrangente do Período	16.675	25.118	2.264	-6.783

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	111.033	74.966
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	96.248	69.754
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	28.772	-8.060
6.01.01.02	Depreciação e amortização	29.667	29.397
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	284	127
6.01.01.05	Encargos de dívidas	44.564	49.512
6.01.01.06	Outras variações monetária líquidas	1.170	-122
6.01.01.07	Descontos financeiros obtidos	-8	0
6.01.01.10	Receita de aplicações financeiras	-10.512	-2.472
6.01.01.11	Repactuação do risco hidrológico	950	951
6.01.01.12	Reversão de contingência	0	-193
6.01.01.13	Encargos de dividas Arrendamento	89	85
6.01.01.14	Imposto sobre aplicações financeiras	1.272	279
6.01.01.15	Baixa de depósitos judiciais	0	250
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	14.785	5.212
6.01.02.01	Impostos a compensar	-1.264	-2.005
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	-321	0
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	648	-770
6.01.02.04	Fornecedores	-446	8.734
6.01.02.05	Salários e obrigações	-70	-67
6.01.02.06	Tributos e contribuições sociais a recolher	-353	-422
6.01.02.07	Outros passivos circulantes	-1.665	-1.257
6.01.02.08	Outros ativos circulantes	-46	-34
6.01.02.09	Contas a receber	21.274	3.465
6.01.02.10	Encargos sociais	266	-1.274
6.01.02.11	Provisão para compensação ambiental	-7	-166
6.01.02.12	Provisão para constituição de ativos	0	-297
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-3.112	-695
6.01.02.17	Partes Relacionadas	-119	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42.715	1.074
6.02.01	Aplicações em títulos e valores mobiliários	-148.337	-125.840
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-793	-1.586
6.02.03	Resgate de aplicações em títulos e valores mobiliários	102.191	135.763
6.02.04	Aplicações no intangível	-2	-85
6.02.05	Resgates em títulos e valores mobiliários	9.650	2.372
6.02.06	Aplicações em títulos e valores mobiliários	-5.424	-9.550
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-67.974	-76.186
6.03.01	Pagamento de Dividendos	-7.376	-6.970
6.03.03	Empréstimos tomados	102	0
6.03.04	Amortização de principal arrendamentos	-173	-320
6.03.05	Amortização de juros de arrendamentos	-89	-85
6.03.06	Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-23.267	-46.404
6.03.07	Amortização de juros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	-37.171	-22.407

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	344	-146
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.285	8.813
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.629	8.667

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	818.858	0	120.728	0	0	939.586
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	818.858	0	120.728	0	0	939.586
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.118	0	25.118
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.118	0	25.118
5.07	Saldos Finais	818.858	0	120.728	25.118	0	964.704

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	818.858	0	92.580	0	0	911.438
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	818.858	0	92.580	0	0	911.438
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.783	0	-6.783
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.783	0	-6.783
5.07	Saldos Finais	818.858	0	92.580	-6.783	0	904.655

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.01	Receitas	155.460	181.626
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	155.156	181.587
7.01.02	Outras Receitas	304	39
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-41.997	-92.224
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.286	-76.422
7.02.04	Outros	-17.711	-15.802
7.03	Valor Adicionado Bruto	113.463	89.402
7.04	Retenções	-29.667	-29.397
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.667	-29.397
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	83.796	60.005
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.743	2.532
7.06.02	Receitas Financeiras	10.743	2.532
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	94.539	62.537
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	94.539	62.537
7.08.01	Pessoal	1.942	1.739
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.306	1.160
7.08.01.02	Benefícios	525	482
7.08.01.03	F.G.T.S.	111	97
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.812	17.398
7.08.02.01	Federais	20.812	17.398
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.667	50.183
7.08.03.01	Juros	44.652	49.596
7.08.03.02	Aluguéis	369	253
7.08.03.03	Outras	1.646	334
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	25.118	-6.783
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.118	-6.783

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 30 de setembro de 2022, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para os períodos de três e nove meses findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às informações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

Em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047.

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari em Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

Comentário do Desempenho

membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Até 30 de setembro de 2022, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas.

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de Reais)

	30/09/2022	30/09/2021	Variação %
Receita operacional bruta	155.156	181.587	-14,6%
(-) Deduções da receita operacional	(16.039)	(17.952)	-10,7%
Receita operacional líquida	139.117	163.635	-15,0%
(-) Custos operacionais	(71.454)	(121.956)	-41,4%
Lucro bruto	67.663	41.679	62,3%
(-) Despesas/receitas operacionais	(2.821)	(2.222)	27,0%
(-) Despesas/receitas financeiras	(36.070)	(47.517)	-24,1%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	28.772	(8.060)	-457,0%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.926)	-	100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(728)	1.277	-157,0%
Lucro líquido (prejuízo) do período	25.118	(6.783)	-470,3%
Ativo total	1.527.131	1.516.675	0,7%
Investimentos (*)	1.344.984	1.366.443	-1,6%

(*) O valor em investimentos refere-se a imobilizado e intangível.

Comentários relevantes

A Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 139.117 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, em comparação aos R\$ 163.635 do mesmo período de 2021. A redução de 15,0% de um período para o outro ocorreu principalmente pela negociação de energia elétrica no ambiente livre (ACL e liquidações na CCEE).

Os custos operacionais do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 apresentam redução de 41,4% se comparado com o mesmo período de 2021, justificada pela redução na compra de energia elétrica. As despesas/receitas operacionais do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 apresentam aumento de 27,0% quando comparado ao mesmo período de 2021, justificada principalmente pelo aumento na linha de serviços de terceiros.

O resultado financeiro líquido do período findo em 30 de setembro de 2022 apresentam uma redução de 24,1% se comparado ao mesmo período de 2021, justificado principalmente pela redução das despesas financeiras atreladas ao índice dos juros sobre empréstimos e debêntures.

A provisão de imposto de renda e contribuição social correntes apresentam variações de acordo com o Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - LAIR. A provisão do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionados ao reconhecimento da extensão da concessão que é realizada mensalmente de forma linear até o final da concessão.

Devido ao fato da Ferreira Gomes Energia S.A., ser uma "SPE" sociedade de propósito específico, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Comentário do Desempenho

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, bem como de empréstimos e financiamentos captados junto a terceiros, incluindo a emissão de debêntures.

EBITDA

(Em milhares de Reais)

	30/09/2022	30/09/2021
Lucro líquido (prejuízo) do período	25.118	(6.783)
(+) Resultado financeiro	36.070	47.517
(+) Depreciação e amortização (*)	29.667	29.397
(+) IR/CS correntes	2.926	-
(+) IR/CS diferidos	728	(1.277)
(=) EBITDA	94.509	68.854

(*) Valor composto por depreciação, amortização e amortização do UBP – Uso do Bem Público.

Endividamento

(Em milhares de Reais, exceto índice de endividamento líquido)

	30/09/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(73.425)	(57.450)
Não circulante	(436.874)	(468.621)
Dívida total	(510.299)	(526.071)
Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos valores mobiliários	143.652	92.149
Dívida líquida	(366.647)	(433.922)
Patrimônio líquido	964.704	939.586
Índice de endividamento líquido	0,38	0,46

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e no terceiro trimestre de 2022 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha em seu quadro 26 colaboradores.

Comentário do Desempenho

5. Responsabilidade sócio ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A. tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região.

Abaixo destacamos alguns dos programas em andamento que tem como objetivo controle de aspectos ambientais da usina, mitigação de seus impactos socioambientais e geração de dados consistidos sobre o meio ambiente da região:

- Plano de resgate de ictiofauna;
- Programa de monitoramento e conservação da ictiofauna;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Monitoramento de Invertebrados Aquáticos;
- Monitoramento de Macrófitas Aquáticas;
- Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e Efluentes;
- Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico;
- Programa de Monitoramento da Fauna;
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Em seguida, citamos os programas cujo o público alvo são população residente no entorno da usina:

- Plano de Investimento Social
- Programa de suporte à implantação do comitê da bacia hidrográfica do rio Araguari e do sistema de outorga dos recursos hídricos
- Programa de incentivo à pesquisa
- Programa de educação ambiental
- Programa de comunicação social

6. Auditoria Independente

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações contábeis, bem como de revisões das informações trimestrais (“ITR”), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (“IFRS”). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela EY foram contratados para os exercícios de 2019 até 2023.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou “Companhia”) é uma Companhia de capital aberto, constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes (“Contrato de Concessão”), que concedeu à Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação.

Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11.

A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

Notas Explicativas

Impactos do COVID 19

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelo modelo regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no período findo em 30 de setembro de 2022.

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, em 30 de setembro de 2022 e até a data de emissão dessas informações contábeis intermediárias, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

A autorização para emissão das informações contábeis intermediárias da Companhia foi efetuada em Declaração de Diretoria realizada em 07 de novembro de 2022.

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária, emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração de informações trimestrais (ITR), e das normas definidas pela ANEEL, quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as normas internacionais.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias – Continuação

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos trimestres, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Contas a receber de clientes: valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”),
- Nota 15 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda; e
- Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas de forma consistentes com as práticas contábeis divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, emitidas em 21 de fevereiro de 2022.

Notas Explicativas

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1); e
- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23/IAS 8).

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Re mune ração	30/09/2022	31/12/2021
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	9.625	7.555
Aplicações financeiras automáticas	20% do CDI	-	1.726
		9.629	9.285

As aplicações financeiras de liquidez imediata em 30 de setembro de 2022 referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

5 Investimentos de curto prazo

	Re mune ração	30/09/2022	31/12/2021
Fundo de Investimento - FI Energia	100,90% do CDI	-	3.997
Fundo de Investimento - STA	102,76% do CDI	87.433	31.545
		87.433	35.542

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia, cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado. O saldo do Fundo de Investimento – FI Energia foram resgatados em 30 de junho de 2022.

6 Títulos e valores mobiliários

	Ins tituição	Re mune ração	30/09/2022	31/12/2021
Aplicação pós fixada	BNDES	100,17% do CDI	12.200	16.178
Aplicação pós fixada	Debêntures	100,17% do CDI	34.390	31.144
			46.590	47.322

Notas Explicativas

Aplicações em garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M e serviço da dívida. E, também, em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora.

7 Contas a receber de clientes

	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		14.131	13.663
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	6.965	28.859
Ajuste positivo CCEE		2.227	2.075
		23.323	44.597

Os montantes de suprimentos de energia elétrica ambiente regulado e ambiente livre (com Alupar), são constituídos pelos valores em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Os valores da rubrica “Ajuste positivo CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Durante o período findo em 30 de setembro de 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

8 Despesas pagas antecipadamente

	30/09/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Prêmio de seguros - diversos	239	142
Prêmio de seguros - risco operacional	1.456	1.045
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.268	1.268
	2.963	2.455
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	6.972	7.922
	6.972	7.922
	9.935	10.377

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes.

O registro inicial (R\$ 16.796 data base de dezembro de 2015) consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para

Notas Explicativas

revenda no resultado, a ser apropriada em 13 anos e 3 meses contados a partir de janeiro de 2016.

A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear deste custo de energia comprada. O saldo do montante repactuado líquido de amortização na data de 30 de setembro de 2022 é de R\$ 8.240 segregado entre circulante e não circulante (R\$ 9.190 em dezembro de 2021).

9 Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

<u>Ativo circulante</u>	30/09/2022	31/12/2021
<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	1.993	1.450
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.303	8
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	484	-
Outros	50	23
	<u>4.830</u>	<u>1.481</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	812	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.114	788
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.328	1.375
Programa de Integração Social - PIS	477	605
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.228	2.795
Outros	38	50
	<u>6.997</u>	<u>5.613</u>

Notas Explicativas

10 Imobilizado

O imobilizado está constituído da seguinte forma em 30 de setembro de 2022:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Outros*	Baixas	Saldo em 30/09/2022
Imobilizado em serviço						
Terrenos	0,00%	16.708	659	-	-	17.367
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	845.737	90	-	-	845.827
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,38%	140.646	-	-	(284)	140.362
Máquinas e equipamentos	2,75%	605.133	14	-	-	605.147
Veículos	0,00%	10	-	-	-	10
Móveis e utensílios	6,20%	2.441	30	-	-	2.471
Direito de uso sobre arrendamento	11,70%	3.045	-	(710)	-	2.335
Total do imobilizado em serviço		1.613.720	793	(710)	(284)	1.613.519
(-) Depreciação acumulada						
Reservatórios, barragens e adutoras		(128.026)	(13.556)	-	-	(141.582)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(24.407)	(2.580)	-	70	(26.917)
Máquinas e equipamentos		(114.540)	(12.482)	-	-	(127.022)
Veículos		(9)	(1)	-	-	(10)
Móveis e utensílios		(1.070)	(115)	-	-	(1.185)
Direito de uso sobre arrendamento		(990)	(205)	-	-	(1.195)
Total da depreciação acumulada		(269.042)	(28.939)	-	70	(297.911)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.344.678	(28.146)	(710)	(214)	1.315.608
Imobilizado em curso						
Adiantamento a fornecedor		1.087	-	-	-	1.087
Depósitos judiciais		2.322	-	-	-	2.322
Total do ativo imobilizado em curso		3.409	-	-	-	3.409
Total do imobilizado		1.348.087	(28.146)	(710)	(214)	1.319.017

*Outros refere-se a remensuração do arrendamento.

O saldo remanescente de imobilizado em curso em 30 de setembro de 2022 refere-se substancialmente a montantes em discussões judiciais de âmbito fundiário e adiantamentos de fornecedores.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

Notas Explicativas

11 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2021	Adições	Saldo em 30/09/2022
Intangível em serviço				
Uso do bem público (i)	0,97%	12.059	-	12.059
Extensão da concessão (ii)	3,05%	17.410	-	17.410
Software	3,89%	825	-	825
Outros intangíveis	3,89%	957	-	957
Total intangível em serviço		31.251	-	31.251
(-) Amortização acumulada				
Uso do bem público		(2.685)	(276)	(2.961)
Extensão da concessão		(113)	(509)	(622)
Software		(746)	(13)	(759)
Outros intangíveis		(957)	-	(957)
Total amortização		(4.501)	(798)	(5.299)
Intangível em curso				
Software		13	2	15
Total do ativo Intangível em curso		13	2	15
Total do intangível		26.763	(796)	25.967

(i) Uso do bem público

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Em relação à obrigação de uso do bem público (passivo relacionado), as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 37º ano da concessão.

	2021	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	30/09/2022
Passivo circulante	1.566	-	(1.344)	1.571	1.793
Passivo não circulante	15.640	1.219	-	(1.571)	15.288
	17.206				17.081

(ii) Extensão da concessão

Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na

Notas Explicativas

entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

Extensão prazo de outorga (dias)	Valor (R\$ mil)
584	17.410

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 05 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até junho de 2047.

12 Fornecedores

	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		2.348	2.083
Materiais e serviços		12.517	11.612
Ajuste negativo CCEE		515	1.642
Compra de energia - partes relacionadas	17.1	658	-
Total		16.038	15.337

Notas Explicativas

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

- a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	Encargos	Vencimento	30/09/2022			31/12/2021		
			Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	23.357	670	24.027	23.252	713	23.965
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	1.926	2	1.928	7.705	26	7.731
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	204	4	208	191	4	195
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	43.010	5.811	48.821	26.197	921	27.118
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(1.559)	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)
Total			66.938	6.487	73.425	55.786	1.664	57.450
Moeda nacional - não circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	177.121	-	177.121	193.762	-	193.762
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	1.545	-	1.545	1.594	-	1.594
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	265.624	-	265.624	281.849	-	281.849
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(7.416)	-	(7.416)	(8.584)	-	(8.584)
Total			436.874	-	436.874	468.621	-	468.621
Total geral			503.812	6.487	510.299	524.407	1.664	526.071

BNDES

Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610.

O contrato com o BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais instituem que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras: Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação. O ICP e o ICSD são índices requeridos anualmente.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo, mas não se limitado a:

- O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de

Notas Explicativas

Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;

- (c) As garantias constantes dos CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Conta Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
- (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

3ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 (duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“*covenants*”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar:

- Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e,
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos).

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Notas Explicativas

	31/12/2021	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	30/09/2022
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	217.727	-	13.643	(17.465)	(12.757)	201.148
BNDES - Subcrédito D	7.731	-	91	(5.778)	(116)	1.928
BNDES - Subcrédito E	1.790	102	84	(147)	(76)	1.753
3º emissão de debêntures	308.967	-	29.578	(13.781)	(10.318)	314.446
(-) custo de captação - a amortizar	(10.144)	-	1.168	-	-	(8.976)
Total	526.071	102	44.564	(37.171)	(23.267)	510.299

	31/12/2020	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	30/09/2021
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	240.977	-	11.853	(17.439)	(11.915)	223.476
BNDES - Subcrédito D	49.464	-	752	(18.528)	(776)	30.912
BNDES - Subcrédito E	1.981	-	65	(143)	(65)	1.838
3º emissão de debêntures	299.652	-	35.675	(10.294)	(9.651)	315.382
(-) custo de captação - a amortizar	(11.701)	-	1.167	-	-	(10.534)
Total	580.373	-	49.512	(46.404)	(22.407)	561.074

- c. Em 30 de setembro de 2022, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Principal	35.211	87.908	77.699	243.472	444.290
(-) custo de captação a amortizar	(392)	(1.559)	(1.559)	(3.906)	(7.416)
	34.819	86.349	76.140	239.566	436.874

14 Provisão para constituição de ativos

Natureza	31/12/2020	Realizações	31/12/2021	Transfereência	30/09/2022
Passivo circulante	3.225	(495)	2.730	(2.577)	153
Passivo não circulante	-	-	-	2.577	2.577
Total	3.225	(495)	2.730	-	2.730

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. No período findo em 30 de setembro de 2022 a Companhia reavaliou a expectativa de realização dos passivos com constituição e reclassificou para o passivo não circulante o montante R\$ 2.577.

Notas Explicativas

15 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Perda provável: não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

(i) **Demandas Trabalhistas:** dois processos judiciais de natureza trabalhista (os mesmos em 31 de dezembro de 2021), de valor em risco aproximado de R\$ 20 (o mesmo em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação da provisão é como segue:

	31/12/2020	Ingressos	Reversões	31/12/2021	Ingressos	30/09/2022
Trabalhista	213	59	(252)	20	-	20

(ii) **Demandas Cíveis:** um processo judicial de natureza cível, sem valor em risco tendo em vista que os impactos financeiros já foram liquidados pela Companhia (o mesmo em 31 de dezembro de 2021).

Perda possível: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 30 de setembro de 2022, merecem destaques as seguintes demandas:

(i) **Demandas Tributárias:** atualmente existem nove (cinco em 31 de dezembro de 2021) processos judiciais de natureza tributária com o valor em risco aproximado em R\$ 11.482 (R\$ 11.649 em 31 de dezembro de 2021) com natureza de risco possível de perda.

Considera-se como relevante os processos abaixo relacionados:

Processo Administrativo nº 15746720203202021, trata-se de cobrança de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R\$ 9.744 (R\$ 9.560 em 31 de dezembro de 2021).

Processo Administrativo nº 10880903650201912, trata-se de reconhecimento do direito à restituição dos créditos de saldo negativo de IRPJ. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.032 (R\$ 1.667 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

(ii) Demandas Cíveis e Ambientais: atualmente existem dois mil quatrocentos e onze processos judiciais de natureza cível (vinte processos em 31 de dezembro de 2021), de valor em risco aproximado em R\$ 286.450 (R\$ 182.682 em 31 de dezembro de 2021), com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, consideram-se como relevantes os processos abaixo relacionados:

Ação Civil Pública nº 00013863320168030006, proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Ferreira Gomes Energia S.A. e outros, com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados ao evento. A ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautelar e Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo Ministério Público. A ação cautelar está em fase de recurso especial. Em decorrência do evento, objeto da ação civil pública, o Ministério Público Estadual proveu a Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da Companhia e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de Resposta à Acusação. O valor em risco não pode ser estimado.

Execução de Título Extrajudicial nº 00002067420198030006, proposta pelo Ministério Público Estadual contra a Ferreira Gomes por suposto descumprimento da Cláusula 2.9, alíneas 'f' e 'g' do TAC homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 001385-48.2016.8.03.00006. O valor em risco aproximado é de R\$ 18.806 (R\$ 16.387 em 31 de dezembro de 2021).

Execução de Título Extrajudicial nº 00023828020184013100, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2. A Companhia apresentou embargos à execução. A FGE apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R\$ 156 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2021).

Execução de Título Extrajudicial nº 00046934420184013100, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2 (obrigação de fazer). A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco não pode ser estimado. (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2021).

Auto de Infração Ambiental nº 013596 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 75.831 (R\$ 66.075 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Destacamos que a Companhia firmou em setembro de 2015, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 1) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 014689 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 92.693 (R\$ 81.004 em 31 de dezembro 2021).

Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 016154, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 15.252 (R\$ 13.290 em 31 de dezembro de 2021).

Auto de Infração Ambiental nº 16158, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$ 6.536 (R\$ 5.695 em 31 de dezembro de 2021).

Auto de Infração Ambiental nº 41971, lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco aproximado é de R\$ 5.943.

“Ações JEC – Evento “apagão 2020”: Tratam-se de 624 ações de indenização por danos morais ajuizadas contra a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, e diversas Companhias do Setor Elétrico, incluindo a controlada Ferreira Gomes Energia S.A., em decorrência de seu suposto envolvimento no “apagão” ocorrido no Estado do Amapá em novembro de 2020. O valor em risco aproximado é de R\$ 70.853.”

(iii) Demandas Trabalhistas: atualmente existe um processo judicial de natureza trabalhista (o mesmo em 31 de dezembro de 2021), de valor em risco aproximado em R\$ 854 (R\$ 773 em 31 de dezembro de 2021), com natureza de risco possível de perda.

Notas Explicativas

(iv) **Demandas Penais:** atualmente existem cinco processos de natureza penal, (cinco em 31 de dezembro de 2021), cujo o valor em risco não pode ser estimado. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados.

(vi) **Demandas Regulatórias:** atualmente a Companhia é parte em um processo de ordem regulatória (mesmo em 31 de dezembro de 2021), R\$ 31 em 31 de dezembro de 2021 valendo mencionar o seguinte:

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 00762951020144013400: Atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Reversão	Saldo em 30/09/2022
Ativo (i)					
Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	13.658	(7.949)	5.709	(1.497)	4.212
Imposto de renda diferido	854	(496)	358	(358)	-
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	-	13	13	(12)	1
	854	(483)	371	(370)	1
Base negativa acumulada	13.658	(7.949)	5.709	(1.497)	4.212
Contribuição social diferida	1.229	(715)	514	(514)	-
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	-	19	19	(17)	2
	1.229	(696)	533	(531)	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos	2.083	(1.179)	904	(901)	3
	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2021	Realização	Saldo em 30/09/2022
Passivo (ii)					
Imposto de renda diferido	-	(3.718)	(3.718)	126	(3.592)
Contribuição social diferida	-	(1.557)	(1.557)	47	(1.510)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivos	-	(5.275)	(5.275)	173	(5.102)
Total de Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.083	(6.454)	(4.371)	(728)	(5.099)

(i) Ativo

Este saldo é composto por prejuízos fiscais acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Companhia, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros.

(ii) Passivo

Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11 cujo valores são amortizados mensalmente.

A estimativa das parcelas de realização do ativo e passivo fiscal diferido é conforme o mapa abaixo:

Notas Explicativas

Ativo	2022
Estimativa de realização IRPJ diferido - Diferenças temporárias	1
Estimativa de realização CSLL diferida - Diferenças temporárias	2

Passivo	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Extensão	145	145	145	145	3.012	3.592
Estimativa de realização CSLL diferida - Extensão	61	61	61	61	1.266	1.510

17 Partes relacionadas

17.1 Transações com partes relacionadas

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Ativo circulante - partes relacionadas			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	7	6.965	28.859
Passivo circulante - partes relacionadas			
Dividendos - Alupar Investimento S.A.		-	7.376
Fornecedores - AF Energia S.A.		327	-
Compra de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	12	658	-
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A		224	222
		1.209	7.598
Passivo não circulante - partes relacionadas			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A		1.016	1.900

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

Nota	Trimestre findo em		Acumulado findo em		
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	
Receita - partes relacionadas					
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	20	20.700	18.865	58.877	53.891
Custo - partes relacionadas					
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	21	(1.842)	(27.739)	(5.682)	(55.767)
Serviços Tomados - AF Energia S.A (*)	21	(995)	(1.199)	(2.986)	(2.697)
Juros s/ arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A		(87)	(32)	(87)	(85)
		(2.924)	(28.970)	(8.755)	(58.549)

(*) A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordados entre as partes.

Notas Explicativas

A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. A Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

17.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 30/09/2022
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	204.829
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	314.445
Alupar	04/07/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	12/06/2017	23/06/2023	3.351	3.895

17.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 26 de abril de 2021, os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração para o exercício de 2021.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 21 de abril de 2022, foi aprovada por unanimidade dos votos, a remuneração global dos membros da Diretoria no montante de até R\$ 42 (quarenta e dois mil, cento e sessenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) para o exercício social de 2022, na forma prevista na Proposta da Administração.

	Trimestre findo em		Acumulado findo em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Remuneração do conselho	(14)	-	(24)	-

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 818.858.

A composição acionária da Companhia em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Notas Explicativas

	30/09/2022	31/12/2021
	Quantidades de ações	
Alupar Investimento S.A.	807.080.528	807.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	807.080.529	807.080.529

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Reserva especial para incentivos fiscais

- Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

c. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

19 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

	Trimestre findo em		Acumulado findo em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Numerador				
Lucro líquido (prejuízo) do período	16.675	2.264	25.118	(6.783)
Denominador				
Média ponderada do número de ações ordinárias	807.080.529	807.080.529	807.080.529	807.080.529
Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$	0,0207	0,0028	0,0311	(0,0084)

Notas Explicativas

20 Receita operacional líquida

Nota	Trimestre findo em		Acumulado findo em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita de geração de energia elétrica				
	31.294	28.062	91.879	83.813
	-	17.287	269	25.123
17.1	20.700	18.865	58.877	53.891
	1.363	9.382	4.131	18.760
	53.357	73.596	155.156	181.587
Deduções				
	(855)	(1.121)	(2.507)	(2.809)
	(3.943)	(5.163)	(11.552)	(12.939)
	(462)	(652)	(1.334)	(1.580)
	(216)	(208)	(646)	(624)
	(5.476)	(7.144)	(16.039)	(17.952)
	47.881	66.452	139.117	163.635

21 Custos e despesas operacionais

Nota	Trimestre findo em				Acumulado findo em			
	30/09/2022		30/09/2021		30/09/2022		30/09/2021	
	Custos operacionais	Despesas operacionais						
Custos não gerenciáveis								
	(6.402)	-	(5.725)	-	(17.711)	-	(15.802)	-
	(1.635)	-	(1.343)	-	(5.729)	-	(5.715)	-
11	(92)	-	(94)	-	(276)	-	(281)	-
	(8.129)	-	(7.162)	-	(23.716)	-	(21.798)	-
Custos gerenciáveis								
	(30)	-	(64)	-	(382)	(18)	(152)	(14)
	(418)	-	2.192	-	(2.543)	-	(5.589)	-
17.1	(1.842)	-	(27.739)	-	(5.682)	-	(55.767)	-
	(835)	(2)	(893)	(2)	(2.058)	(7)	(2.508)	(7)
	(91)	(28)	(79)	(33)	(277)	(92)	(176)	(77)
	(710)	(134)	(765)	(114)	(1.882)	(388)	(1.834)	(235)
	-	(14)	-	-	-	(24)	-	-
	(239)	(199)	(225)	(171)	(552)	(489)	(568)	(435)
	(406)	(783)	(465)	(365)	(2.091)	(1.739)	(1.648)	(904)
17.1	(995)	-	(1.199)	-	(2.986)	-	(2.697)	-
	-	-	23	-	-	-	194	-
	(157)	(96)	(18)	(48)	(157)	(96)	(96)	(178)
	143	48	1	(36)	-	(9)	(568)	(44)
	-	-	-	-	-	304	-	39
	(5.580)	(1.208)	(29.231)	(769)	(18.610)	(2.558)	(71.409)	(1.855)
Depreciação e Amortização								
10 e 11	(9.732)	(81)	(9.494)	(145)	(29.128)	(263)	(28.749)	(367)
	(9.732)	(81)	(9.494)	(145)	(29.128)	(263)	(28.749)	(367)
Total	(23.441)	(1.289)	(45.887)	(914)	(71.454)	(2.821)	(121.956)	(2.222)

22 Resultado financeiro

	Trimestre findo em		Acumulado findo em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras (*)	3.874	1.103	10.014	2.356
Juros s/ faturas a receber em atraso	-	7	3	48
Outras receitas financeiras	70	-	212	9
	3.944	1.110	10.229	2.413
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(7.323)	(18.014)	(44.565)	(49.596)
Atualização monetária	-	108	-	108
Outras despesas financeiras	(607)	(184)	(1.734)	(442)
	(7.930)	(18.090)	(46.299)	(49.930)
Resultado financeiro	(3.986)	(16.980)	(36.070)	(47.517)

(*) O montante de receita de aplicações financeiras está líquida dos impostos.

Notas Explicativas

23 Imposto de renda e contribuição social

	Trimestre findo em				Acumulado findo em			
	30/09/2022		30/09/2021		30/09/2022		30/09/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	19.165	19.165	2.671	2.671	28.772	28.772	(8.060)	(8.060)
(-/+ Adições e/ou exclusões	(26)	(27)	173	344	432	430	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	19.139	19.138	2.844	3.015	29.204	29.202	(8.060)	(8.060)
Compensação de prejuízo Fiscal 30%	-	-	-	-	(5.709)	(5.709)	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	19.139	19.138	2.844	3.015	23.495	23.493	(8.060)	(8.060)
IRPJ e CSLL	2.467	1.480	-	-	3.524	2.114	-	-
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 20/Mês - R\$ 240/Ano) 10%	1.640	-	-	-	2.332	-	-	-
Incentivos Fiscais								
(-) PAT	(11)	-	-	-	(32)	-	-	-
(-) SUDAM	(3.443)	-	-	-	(5.012)	-	-	-
Total dos tributos correntes	653	1.480	-	-	812	2.114	-	-
Tributos Diferidos	168	242	158	245	357	514	(523)	(753)
Tributos Diferidos Diferenças Temporárias	(1)	(1)	2	2	12	17	-	(1)
Tributos Diferidos Extensão da concessão	(36)	(15)	-	-	(126)	(46)	-	-
Tributos diferidos	131	226	160	247	243	485	(523)	(754)
Total dos tributos	784	1.706	160	247	1.055	2.599	(523)	(754)
Alíquota efetiva	13,01%		15,24%		12,70%		15,84%	

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis intermediárias.

	30/09/2022		31/12/2021		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e bancos	9.629	9.629	7.559	7.559	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	-	-	1.726	1.726	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	87.433	87.433	35.542	35.542	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	46.590	46.590	47.322	47.322	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	23.323	23.323	44.597	44.597	-	Custo amortizado
	166.975	166.975	136.746	136.746		
Passivo						
Fornecedores	16.038	16.038	15.337	15.337	-	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	510.299	517.283	526.071	542.865	-	Custo amortizado
Uso do bem público	17.081	17.081	17.206	17.206	-	Custo amortizado
Provisão para constituição de ativos	2.730	2.730	2.730	2.730	-	Custo amortizado
	546.148	553.132	561.344	578.138		

Notas Explicativas

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados.

Empréstimos e financiamentos: BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e,

3º emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 30 de setembro de 2022.

Hierarquia do valor justo

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2022, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de setembro de 2022, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	30/09/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		6,57%	9,85%	13,13%	16,41%	19,70%
Investimentos de curto prazo	CDI	87.433	5.740	8.610	11.480	14.350
Títulos e Valores mobiliários	CDI	46.590	3.059	4.588	6.117	7.647
						9.176

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 30 de setembro de 2022, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 30 de setembro de 2022 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 30/09/2022*	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
			2,78%	4,17%	5,56%	6,95%	8,34%	
3ª emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	308.634	29.104	33.671	38.239	42.807	47.374
			3,51%	5,26%	7,01%	8,76%	10,52%	
BNDDES subcrédito (A, B, C)	TJLP +	2,34%	200.478	11.882	15.478	19.074	22.669	26.265
BNDDES subcrédito E	TJLP	-	1.749	61	92	123	154	184

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos em 19 de janeiro

Notas Explicativas

de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos da Companhia estão vendidos para o ACR e ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2022, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	16.038	-	-	-	-	16.038
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.936	61.489	83.513	240.047	113.314	510.299
UBP	448	1.345	1.793	5.378	8.117	17.081
Total	28.422	62.834	85.306	245.425	121.431	543.418

Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

Notas Explicativas

	30/09/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(73.425)	(57.450)
Não circulante	(436.874)	(468.621)
Dívida total	(510.299)	(526.071)
Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos valores mobiliários	143.652	92.149
Dívida líquida	(366.647)	(433.922)
Patrimônio líquido	964.704	939.586
Índice de endividamento líquido	0,38	0,46

25 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 523 e R\$ 480 em 30 de setembro de 2022 e 2021, respectivamente.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 30 de setembro de 2022.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.528.636	2.037	18/06/2023
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	306	18/06/2023
Seguro de Riscos Patrimoniais	2.430	27	18/06/2023
Total	2.231.066	2.370	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

* * *

Contadora
 Patrícia N. S. Ferreira
 CRC 1SP237063/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ferreira Gomes Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de novembro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 07 de novembro de 2022.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o período findo em 30 de setembro de 2022.

Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor Administrativo
Diretor Gestão de Energia

Jorge Francisco Manica Pires
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 07 de novembro de 2022.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o período findo em 30 de setembro de 2022.

Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor Administrativo
Diretor Gestão de Energia

Jorge Francisco Manica Pires
Diretor Técnico